19:47 77%

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Vivo ou morto

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) deu prazo até 17 de março para que os cerca de 560 mil servidores públicos civis e militares ativos realizem a prova de vida, preferencialmente por meio do aplicativo sou.sp.gov.br. A comprovação de vida hoje é praxe somente para aposentados e pensionistas. A nova exigência tem como objetivo combater irregularidades, como, por exemplo, pessoas que estejam recebendo os rendimentos de servidores que já morreram.

SORRIA No aplicativo, o procedimento é feito por meio de reconhecimento facial. A medida foi elaborada pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, comandada por Caio Mario Paes de Andrade.

MAIS... A aproximação entre o ex-ministro Aldo Rebelo (PDT) e Ricardo Nunes (MDB) não sinaliza a ampliação do arco de alianças da pré-candidatura como pretende o prefeito, mas sim o aprofundamento da composição com o bolsonarismo. Essa é a avaliação do grupo de Guilherme Boulos (PSOL), que disputará a eleição contra Nunes em outubro.

...DO MESMO Os psolistas afirmam que, a despeito de ter sido filiado ao PC do B por 40 anos e de ter sido ministro em governos petistas, Rebelo recentemente se aproximou do bolsonarismo via militares e recebeu apoio do grupo de extrema direita Nova Resistência no PDT. Ele será secretário de Relações Internacionais de Nunes e fará parte de seu conselho político.

NÃO BATE O veto do governo Lula (PT) ao dispositivo que garantia recursos ao funcionamento de centros de referência para pessoas com transtorno do espectro autista é contraditório com o discurso do governo de preocupação com quem é afetado pela condição, afirma o relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Danilo Forte (União-CE).

CONTROLE Na justificativa, o governo disse que o texto não deixava claro se os centros são vinculados ou não à União. Por isso, poderia se ver obrigado a custear instituições privadas em caso de sanção.

MEDIAÇÃO O advogado-geral da União, Jorge Messias, deverá reunir-se no início de fevereiro com lideranças evangélicas do Congresso, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com representantes do TCU (Tribunal de Contas da União) para discutir a suspensão da isenção tributária sobre salários de pastores.

CRISE A medida foi tomada na segunda-feira (15) pela Receita após pressão do TCU e desencadeou forte reação da bancada evangélica contra o governo Lula. Os parlamentares disseram que o governo decidiu recuar, mas Haddad afirmou que pretendia ouvir a AGU.

TEC A plataforma Atestmed, que permite a checagem remota de atestados médicos enviados por segurados, já responde por metade das concessões de auxílio-doença no INSS. Os benefícios aprovados após análise à distância também têm tido duração média menor, de 62 dias, na comparação com a perícia presencial, de 297 dias.

A FILA ANDA A concessão média mensal de auxílio-doença no ano passado foi de 221.041, enquanto em 2022 a média foi de 155.727.

PRAZO A Câmara dos Deputados quer votar neste semestre o projeto que trata dos "combustíveis do futuro", que estabelece cronograma para que as companhias aéreas diminuam gradualmente as emissões de gases de efeito estufa nos voos domésticos e prevê aumento da mistura de etanol na gasolina. A proposta é uma das apostas da Casa Civil e do Ministério de Minas e Energia para encaminhar a transição energética no país.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
795.806 exemplares (novembro de 2023)

Haddad se reúne com parlamentares da bancada evangélica da Câmara Gustavo Raniere/Divulgação Ministério da Fazenda

Governo avalia retomar benefício a pastores após desgaste com evangélicos

Parlamentares falam em recuo do governo depois de reunião com Fernando Haddad; ministro da Fazenda afirma que vai ouvir AGU

Idiana Tomazelli e Ranier Bragon

BRASÍLIA O governo Lula (PT) decidiu nesta sexta-feira (19) criar uma comissão para rediscutir a medida que suspendeu a ampliação de isenção tributária a pastores. O governo tomou a decisão após uma reação da bancada evangélica no Congresso Nacional.

Parlamentares da bancada evangélica se encontraram na manhã desta sexta com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). Na saída, afirmaram que o governo vai recuar da suspensão do benefício, publicada no Diário Oficial da União na quarta-feira (17).

O ato tinha sido editado pela gestão de Jair Bolsonaro (PL) em 2022, um mês antes do início da campanha eleitoral. Na quarta, a Receita Federal suspendeu os efeitos da medida, o que gerou uma nova crise entre Lula e os evangélicos.

Governo e parlamentares do grupo religioso acertaram criar uma comissão que envolverá Fazenda, Receita, TCU (Tribunal de Contas da União), AGU (Advocacia-Geral da União) e congressistas.

De acordo com o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), coordenador da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso, a ideia é discutir esse e outros temas fiscais de interesse da bancada religiosa.

"A gente vai construir esse momento de forma que o ato seja reestabelecido com os ajustes que tenham a clareza que a gente precisa e que respeite também os indicativos que o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União apontam", afirmou.

"O ato será restabelecido depois que esse grupo de trabalho composto pelo TCU, AGU, Receita Federal, Ministério da Economia e congressistas sentarem e tirarem as dúvidas sobre o que o Tribunal de Contas e o Ministério Público dizem que está fora do rito normal e legal. A hora que isso acontecer, tenho certeza absoluta que o ato será restabelecido."

Ao deixar o Ministério da Fazenda, Haddad disse que a suspensão do ato da gestão Bolsonaro será reavaliada "para entender exatamente como interpretar a lei que foi aprovada pelo Congresso de maneira a não criar problemas nem para os servidores públicos da Receita, que obviamente querem cumprir a lei, nem para prejudicar, nem para beneficiar quem quer que seja".

"Foi uma suspensão. Vamos entender o que a lei diz e vamos cumprir a lei."

O ministro da Fazenda disse ainda que já conversou de forma preliminar, na quinta (18), com o chefe da AGU, Jorge Messias, "para evitar interpretações de que [a suspensão] é um ato de governo".

Além de Haddad e de Silas Câmara, participaram o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, e os deputados Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), David Soares (União Brasil-SP) e Marcos Soares (União Brasil-RJ) —os dois últimos são filhos do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Crivella também adotou uma postura conciliatória após a reunião com Haddad e afirmou não ver perseguição de Lula contra as igrejas —ao contrário do que vários integrantes da coordenação da bancada chegaram a dizer durante a semana. Ele acrescentou que o governo irá apoiar a sua PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que amplia imunidade tributária a uma série de segmentos, entre eles templos religiosos e partidos políticos.

A proposta foi aprovada em setembro pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

Vice-presidente da Frente Evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) afirmou que a os dirigentes da bancada não foram informados sobre o encontro. "Nada a declarar. A diretoria não foi comunicada e nem convidada. A reunião é restrita aos parlamentares que lá estiveram."

A gestão de Silas Câmara à frente da Frente Parlamentar tem pendido para o diálogo com o governo. A coordenação da bancada, porém, vai retornar no mês que vem para as mãos do deputado Eli Borges (TO), do PL de Bolsonaro.

A suspensão do ato pela Receita provocou uma série de críticas da bancada evangélica, que acusou Lula de persegui-los politicamente.

Os parlamentares afirmam não ter havido benefício a pastores, apenas uma regulamentação mais clara da isenção.

ENTENDA O BENEFÍCIO

Às vésperas da eleição
O governo Jair Bolsonaro (PL), em julho de 2022, editou ADI (Ato Declaratório Interpretativo) da Receita Federal ampliando o alcance da isenção previdenciária a pastores — forte núcleo de apoio ao então presidente, candidato à reeleição

Análise na Receita
Após a posse de Lula (PT), esse ato foi considerado atípico por integrantes do Fisco e passou por nova análise. Um dos pontos detectados é que o benefício não passou pela avaliação da subsecretaria de tributação

Investigação
A isenção também está sob investigação do TCU (Tribunal de Contas da União); segundo Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, o ato usurpou função do Congresso e representa prejuízo aos cofres públicos

Perseguição
Líderes da bancada evangélica afirmam que a reavaliação do benefício simboliza uma perseguição política pelo governo Lula

O ato aborda a prebenda, remuneração recebida por líderes religiosos por serviços prestados às igrejas.

A lei isenta a prebenda do recolhimento de contribuição previdenciária, desde que ela tenha relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou da quantidade de trabalho realizado.

O Fisco, porém, havia detectado que algumas igrejas usavam a prebenda para driblar a fiscalização e distribuir uma espécie de participação nos lucros aos pastores que reuniam os maiores grupos de fiéis (beneficiando lideranças de templos em grandes cidades ou bairros, por exemplo) ou arrecadações de dízimo.

A Receita suspendeu a eficácia da ampliação do benefício após pressão do TCU.

A área técnica do órgão de controle recomendou, em 14 de dezembro, expedir uma determinação ao governo para suspender o ato, editado pela Receita às vésperas da campanha eleitoral de 2022.

O relator da ação no TCU, ministro Aroldo Cedraz, ainda não se manifestou no processo, mas o governo Lula resolveu se antecipar diante do alerta dos auditores do tribunal de que a norma continuava em vigor mesmo após a própria Receita apontar problemas e indícios de improbidade administrativa.

Uma nota técnica da auditoria interna do Fisco, elaborada em 13 de março do ano passado, mostrou que o ato editado sob a gestão Bolsonaro "possivelmente não seguiu o rito estabelecido nas normas internas", pois não foi fundamentado com exposição de motivos e cálculos de impacto. Dez meses depois, porém, a norma continuava em vigor.

Conforme documento da área técnica do TCU, a Receita informou que os valores dos lançamentos tendo alvo pessoas físicas com a ocupação principal "Sacerdotes e Membros de Ordens e Seitas Religiosas" somam R$ 293,8 milhões, a maioria com a exigibilidade suspensa (ou seja, o órgão não pode efetivar a cobrança).

O relatório não esclarece se esse valor representa todo o prejuízo potencial do ato do governo Bolsonaro. Na época da edição da norma, técnicos estimavam que o perdão poderia chegar a R$ 1 bilhão.